IGREJA METODISTA

Pequena História da Autonomia

João Wesley Dornellas*

Introdução

Estamos comemorando neste dois de setembro mais um aniversário da Autonomia da Igreja Metodista no Brasil. Na realidade, porém, não há nenhuma comemoração já que há muito deixamos de celebrá-la condignamente em nossa Igreja. As novas gerações nem sabem mais o que é isto e a data histórica acaba passando despercebida. O autor destas linhas, que já escreveu muitos artigos e proferiu diversas palestras sobre o assunto, sempre notou um grande interesse das pessoas em tomar conhecimento dos antecedentes da Autonomia, dos detalhes de sua promulgação e da real importância que ela teve para o para o Movimento Metodista no Brasil.

Este texto tem como finalidade falar um pouco da nossa história, relembrando, de maneira muito sucinta, como surgiu a idéia da Autonomia e quais foram as pessoas mais importantes daquela conquista. Infelizmente, a geração nova de bispos, pastores e leigos não têm discernido o evento da Autonomia como muito importante. Ela nunca mereceu, por parte da Igreja como um todo e de nossas instituições, um estudo profundo a respeito, que se torna mais difícil de fazer quanto mais o tempo passa, porque desaparecem documentos e, o que é pior, são muito poucas as pessoas que podem dar alguma contribuição àquele estudo. Os heróis da Autonomia já se foram e não muita coisa foi publicada sobre ela. Outras vezes, os episódios são analisados não com a ótica daqueles tempos, quando a realidade social, política e religiosa do Brasil era bem diferente, mas sob a ótica de hoje, o que invalida ou compromete a qualidade das análises.

Talvez devido a esses motivos é que as comemorações da Autonomia tenham perdido o brilho e a Igreja a oportunidade de, discutindo-se sobre ela, adotar uma posição crítica ao que acontece hoje em nossa Igreja, uma comunidade que não cresce como deveria e nem mantém sua identidade religiosa de fé e prática, vítima que é da introdução de doutrinas e práticas religiosas que fariam João Wesley corar de indignação.

O autor não tem a pretensão de esgotar o assunto nem de fazer um estudo em profundidade sobre as causas e motivações da Autonomia. Isto exigiria tempo de pesquisa e recursos que só aqueles que vivem da Igreja ou de suas instituições poderiam dispor. Mesmo com muitas limitações, o que se pretende é relembrar alguns fatos e, se possível, motivar pessoas para que se comprometam nesse estudo e possam dar à Igreja um livro definitivo sobre o assunto, que reflita de maneira clara e objetiva o que de fato aconteceu, sem idéias preconcebidas e tentando incorporar o que realmente imaginavam aquelas pessoas que lutaram pela Autonomia.

Este texto, com tiragem especial de 1.000 exemplares, foi organizado em livrete e distribuído por iniciativa da Federação dos Homens da Primeira Região Eclesiástica, em 2001, que tem tido um papel importante na divulgação de nossa história, doutrinas e práticas,

dentro de sua campanha "Metodista – Ler ou não Ser", e da Seção Brasileira da Sociedade Mundial de História do Metodismo.

O Primeiro dois de setembro

Esse dia não marca somente a história da Igreja Metodista em nossa pátria. Ele é também muito importante na história do nosso Movimento na Inglaterra e nos Estados Unidos. Foi no dia 2 de setembro de 1784 que João Wesley consagrou o Rev. Thomas Coke como superintendente do Metodismo na América. Com a independência das antigas colônias inglesas em solo americano, em 4 de julho de 1876, que se transformaram nos Estados Unidos da América, acabou sendo necessária a emancipação dos metodistas americanos, que já eram cerca de 15.000 pessoas. Com a crise decorrente da Guerra da Independência, todos os ministros ordenados que eram naturais da Inglaterra voltaram à terra natal. Só permaneceu Francis Asbury, pregador leigo comissionado por Wesley, que trabalhava junto com um grupo de pregadores leigos, americanos natos. Ou seja, ninguém em condições de ministrar os sacramentos do Batismo e da Santa Ceia. A mesma coisa acontecia com os ministros de outras igrejas, inclusive da Anglicana, agora transformada, pelos mesmos motivos, na Igreja Episcopal. Um grupo de pregadores leigos metodistas tentou se organizar em igreja autônoma em 1779 mas o bom senso prevaleceu e decidiram esperar a decisão de Wesley. Foi nesse quadro que Wesley credenciou Thomas Coke como superintendente da futura igreja americana, na realidade, a primeira Igreja Metodista a ser estabelecida. A Igreja Metodista na Inglaterra só foi constituída depois da morte de João Wesley. Antes disto, apesar de uma organização independente do ponto de vista administrativo, as igrejas locais eram consideradas sociedades da Igreja da Inglaterra.

Nesse documento, documento de João Wesley marca o início da Igreja Metodista Episcopal, nome adotado pelos metodistas americanos reunidos em conferência (concílio) geral. Wesley se considera "providencialmente chamado a separar algumas pessoas para o ministério na América". A seguir, diz ele, "eu hoje separei como superintendente, pela imposição das minhas mãos e oração (sendo assistido por outros ministros ordenados), Thomas Coke, Doutor em lei civil, um presbítero da Igreja da Inglaterra e homem que julgo estar bem qualificado para aquela grande obra. Assim, eu o recomendo a todos quantos isto possa interessar, como pessoa adequada para presidir sobre o rebanho de Cristo. Em testemunho disto, tenho aqui fixado minha assinatura e selo neste segundo dia de setembro de 1784".

Thomas Coke viajou com os presbíteros Richard Whatcoat e Thomas Vasey, também aptos para batizar e administrar a Santa Ceia. No concílio que se realizou na cidade de Baltimore em dezembro daquele ano, conhecido como a Conferência do Natal, o Movimento Metodista americano se transformou em igreja autônoma e elegeu seus dois primeiros bispos, o próprio Thomas Coke e Francis Asbury, que era pregador leigo. Ele foi ordenado diácono no dia do Natal, consagrado presbítero no dia seguinte e, finalmente, eleito e consagrado bispo no dia 27 de dezembro de 1784, com imposição das mãos de Thomas Coke, Whatcoat e Vasey.

Um pouco de história

Para se entender bem a Autonomia, é preciso relembrar o que houvera antes disto com o metodismo brasileiro. A terceira década no século XIX marcou o grande crescimento da Igreja Metodista nos Estados Unidos e uma grande preocupação missionária. Em 1835, para sondar o ambiente, veio ao Brasil o Rev. Fountain Pitts, que também esteve na Argentina. Por sua recomendação, foi enviado um missionário permanente, o Rev. Justin Spaulding, aqui chegado

em 29 de abril de 1836. Logo vieram outros ajudantes, especialmente Daniel P. Kidder, que teve uma atuação destacada e escreveu dois livros fundamentais para o próprio conhecimento das histórias e instituições brasileiras na época das regências, isto é, o período que vai da renúncia de Pedro I à posse do imperador Pedro II. A esposa de Kidder, Cynthia Kidder, morreu de febre amarela e ele regressou aos Estados Unidos. Em virtude dos problemas políticos que existiam nos Estados Unidos e na própria Igreja Metodista, a missão foi interrompida. Principalmente em virtude do problema da escravatura, que os metodistas do Norte abominavam e os do Sul apoiavam, a igreja americana se dividiu em duas, a Igreja Metodista Episcopal e a Igreja Metodista Episcopal do Sul. A divisão da igreja antecipou, portanto, a grande crise institucional americana que acabou na Guerra da Secessão.

Obtida a paz, que deixou, no entanto, muitas seqüelas, só um quarto de século depois, em 1867, foi que aqui apareceram de novo os metodistas, um grupo de agricultores sulistas, partidários da escravidão, que emigraram para o Brasil e trouxeram o seu pastor Junius Newman. Atendendo aos seus pedidos insistentes, a missão foi reiniciada com a vinda do Rev. John James Ransom, que aqui chegou em 2 de fevereiro de 1876.

Por chamamento de Ransom, vieram outros obreiros, como James L. Kennedy e James W. Koger, e o trabalho se desenvolveu. Novas igrejas foram criadas. Pouco depois, chega John William Tarboux, que seria o primeiro bispo da igreja autônoma. Fruto do metodismo uruguaio, onde se converteu, João da Costa Correia abre o trabalho no Rio Grande do Sul. Da mesma forma, os metodistas rumam ao interior de São Paulo e Minas Gerais. Juiz de Fora e Piracicaba tornam-se centros importantes do metodismo.

Com o trabalho se desenvolvendo, o ano de 1886 nos trouxe grandes acontecimentos. O primeiro deles, o surgimento do "Metodista Católico", fundado por Ransom, que, logo depois, mudou o seu nome para "Expositor Cristão", o mais antigo jornal evangélico do Brasil ainda em circulação. Tivemos também a primeira visita episcopal. O Bispo John C. Granbery, que já era há alguns anos o responsável pela Missão Brasileira, chega ao Brasil trazendo, entre outros, o missionário Hugh Clarence Tucker. Ransom volta aos Estados Unidos, num episódio que acabou ficando sem explicações adequadas. Parece-nos que, como chefe da missão, não agradava, por ser muito enérgico, a alguns dos próprios missionários. Em 16 de setembro, na Igreja do Catete, o Bispo Granbery, devidamente autorizado pela Conferência (concílio) Geral da Igreja Mãe, organizava a Conferência Anual Brasileira. Passamos a nos denominar Igreja Metodista Episcopal do Sul. Essa Conferência foi criada com apenas três membros, Kennedy, Tarboux e Tucker, cada um oriundo de uma das três conferências que existiam na Igreja Mãe.

A partir daí, o trabalho começou sua consolidação. Tínhamos bons colégios, muitos pastores nacionais e novas igrejas iam sendo fundadas, especialmente no interior dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No princípio do século XX, a igreja estava forte e passou a preparar melhor os seus obreiros. Um curso teológico foi criado no Granbery, que se transformou na *alma mater* de alguns dos mais expressivos nomes do metodismo brasileiro.

Apesar das dificuldades, a igreja crescia em número. Éramos 9.982 membros em 1920 e, por ocasião da Autonomia, em 1930, esse número havia crescido para 15.560. Da mesma forma passamos de 177 escolas dominicais em 1920, com 8.176 alunos, para 323 escolas e 16.601 alunos em 1930.

Os Bispos americanos

O Bispo Granbery superintendeu o metodismo brasileiro durante longo tempo, aqui estando mais três vezes, em 1888, 1890 e 1895. O segundo bispo foi A. W. Wilson, que nos visitou em 1892 e 1903. Depois, tivemos o Bispo Charles B. Galloway (1897 e 1901),o Bispo Eugene R. Hendrix (1899), o Bispo Embree E. Hoss, com quatro viagens ao Brasil (1905-1908), que deu grande impulso ao trabalho, Bispo H.C. Morrison (1909), o Bispo W.R. Lambuth, que veio quatro vezes (1910-1913). O bispo Lambuth foi, entre todos os bispos americanos do Brasil, o mais importante no cenário metodista mundial. Em 1910 ele criou mais uma conferência, a Sul Brasileira. No quadriênio seguinte, tivemos a superintendência do Bispo Edwin Dubose Mouzon, que só veio uma vez, em 1915, em virtude da Primeira Grande Guerra. Ele voltaria ao Brasil como membro da delegação americana que veio para a Autonomia. O Bispo John M. Moore, que esteve três vezes no Brasil, foi o nosso nono bispo. Ele organizou uma nova conferência, a Central Brasileira. Moore foi substituído por Hoyt M. Dobbs que veio quatro vezes, de 1922 a 1925. O último dos bispos foi James Cannon Jr., que também atendia o trabalho na África. Seu período foi de 1926 até à Autonomia.

De uma certa forma, a maneira com que esses bispos presidiam nossa Igreja acabou sendo uma das grandes motivações da Autonomia. O fato é que passavam aqui muito pouco tempo e, porque nunca chegaram a falar o nosso idioma, faltava comunicação. Normalmente, os bispos vinham só para as conferências e se limitavam a visitar umas poucas igrejas. A exceção foi o bispo Cannon que, numa de suas vindas, acabou ficando seis meses, tendo oportunidade de aprofundar o seu conhecimento do trabalho em todo o território da Igreja. Durante aquele período de 1886 a 1930, em 14 anos não tivemos, por diversos motivos, a presença de um bispo. Por isto, pastores que tinham seus nomes aprovados ao diaconato e presbiterado acabavam não podendo ser ordenados. Houve até o caso de um ministro ordenado durante uma viagem de trem... No interregno das viagens episcopais, era bem difícil administrar a Igreja já que todas as questões importantes dependiam de consulta epistolar, que demorava muito. É claro que havia os presbíteros presidentes, uma espécie do superintendente distrital de hoje, os quais ficavam encarregados de resolver os casos urgentes. A comunicação entre eles, no entanto, era também muito precária.

A falta de agilidade na administração da Igreja, o pequeno ou nenhum conhecimento dos problemas brasileiros pelos bispos americanos, a falta de conversação deles com os pastores para uma exposição franca dos problemas, acabaram gerando certos descontentamentos que ajudaram certamente a fazer crescer a idéia e o sonho de uma igreja autônoma, dona do seu nariz. A conversa dos bispos com os obreiros nacionais – poucos falavam inglês – acabava sendo feita com interpretação de obreiros missionários, que tinham evidentemente idéias diferentes para os mesmos problemas.

Outras causas

Além dos motivos acima, há um outro que é muito importante, a ausência de um órgão legislador para a Igreja. Não havia, a não ser no período bem próximo da Autonomia, uma conferência geral que pudesse, a exemplo do nosso Concílio Geral, legislar para a Igreja. Nossas leis já vinham prontas dos Estados Unidos. É bem verdade que tínhamos direito de participar da Conferência Geral da Igreja Mãe mas pouquíssimas vezes obreiros nacionais tiveram oportunidade de participar dela. Normalmente, eram escolhidos missionários que deveriam sair de férias ou que estivessem nos Estados Unidos por ocasião de sua realização.

Havia outras questões bem importantes. Nosso padrão de disciplina eclesiástica era o mesmo da Igreja Mãe, cuja diferença de tamanho era gigantesca. Milhões de membros na Igreja Mãe e alguns poucos milhares na nossa. Por isto tínhamos – e é um vício que

carregamos até hoje – uma estrutura muito pesada, com muitos cargos mas poucos recursos para exercê-los bem. E esse era outro problema importante, a dependência absoluta dos recursos americanos, não só os financeiros como também os humanos. Esse foi um problema que a simples promulgação da Autonomia não resolveu, a não ser depois de muitos anos. O bispo César Dacorso Filho, em carta de 10 de setembro de 1952 dirigida ao pai do autor destas linhas , dizia "Sem dúvida, Deus tem abençoado a nossa Autonomia. Estou convencido que ela, historicamente, foi o passo mais feliz que até agora conseguimos dar. Falta-nos a proclamação de nossa independência, pelo menos financeira. Trabalhemos para consegui-la". O sustento próprio, como se verá mais à frente, foi um dos grandes fatores de motivação dos metodistas brasileiros pela Autonomia de nossa Igreja, especialmente por parte dos leigos.

O nacionalismo

Alguns estudiosos têm colocado o ideal nacionalista como a primeira e quase única causa do movimento pela Autonomia. Poderia parecer ao desavisado leitor que era um nacionalismo de natureza política, daquele mesmo nacionalismo que estava começando a aparecer na vida política brasileira a partir do tenentismo, da Coluna Prestes, de algumas decisões do governo de Artur Bernardes (1922-1926), etc. Poderia também parecer que os metodistas brasileiros estavam ansiosos para se livrarem dos missionários americanos que vieram para o Brasil e aqui executaram seu trabalho de amor, muitos deles fazendo a opção de continuar no Brasil mesmo depois de aposentados. Nada disto. A própria eleição de Tarboux, e suas sucessivas reeleições em 1934 (por unanimidade) e 1938, como se verá adiante, desmentem esta idéia.

O que havia, por parte dos obreiros nacionais, que já eram numerosos e alguns com relevantes trabalhos na Igreja e com grande capacidade intelectual, era um desejo natural de maior participação no trabalho da Igreja e no seu planejamento operacional. Eles conheciam os nossos costumes, tinham sido pioneiros na fundação de muitas igrejas e estavam realmente capacitados para maiores vôos. Nas duas primeiras décadas do século XX, a situação era bem diferente. Agora, depois de uma guerra mundial, as coisas mudavam, no País e na própria Igreja. O Expositor Cristão acabou sendo gerido por pastores brasileiros. Os cargos de presbítero presidente, quase sempre em mãos de missionários, passaram a ter maioria de brasileiros. E a Igreja crescia, despertando nos brasileiros o desejo de influenciarem mais ainda na direção da obra. Esses problemas não causavam embaraço na pregação do Evangelho nem na fundação de novas igrejas mas, certamente, criavam alguns constrangimentos na parte administrativa e também nas instituições de ensino, quase todas sob a direção de missionários. Não há motivo para ninguém se escandalizar com isto. Primeiramente, porque, como já foi dito, a igreja não é composta de anjos mas de seres humanos, pessoas comuns, sujeitas, portanto, às ambições humanas. Em segundo lugar, porque estas coisas eram quase imperceptíveis, não acontecendo da maneira escancarada como têm sido, desde o Concílio Geral de 1987, as campanhas de aliciamento de votos para o episcopado e outros cargos.

Seria natural que todos esses problemas fossem discutidos no grupo dos obreiros nacionais, tantos os clérigos como os leigos. Todas as discussões levavam à conclusão de que uma Igreja, para ser independente, teria que ser auto-suficiente em matéria de recursos financeiros.

O Movimento Leigo e a campanha pelo sustento próprio

Essa foi a chave da Autonomia, embora, com ela, a Igreja brasileira continuasse absolutamente dependente dos recursos americanos. Não tem sido dado o destaque merecido, quando se fala da Autonomia, ao Movimento Leigo. Ele existia na igreja americana e foi iniciado no Brasil em 8 de outubro de 1911. Em reunião realizada pouco depois, foi eleito guia leigo conferencial Ataliba de Castro, da igreja de Vila Isabel, que foi substituído em 1915 pelo "capitão" Arino Ferreira de Moraes, da igreja de Juiz de Fora, que ficou no cargo até 1926, quando Ataliba de Castro foi eleito de novo.

Esse Movimento Leigo, que tinha como lema "ninguém ocioso na Igreja", realizou inúmeras reuniões, fazendo campanhas bem firmes pelo sustento próprio. Esse movimento alastrou-se pelo Brasil todo, motivando reuniões, estudos e artigos que eram publicados no Expositor Cristão. Por trás dos apelos feitos para que a Igreja pudesse ter recursos para sustentar-se e até enviar missionários a outros países estava bem clara a idéia da Autonomia. E começaram as reivindicações à Igreja Mãe. Na Conferência Geral americana de 1922, a igreja brasileira pediu mas não foi atendida em sua pretensão de ter aqui um bispo residente. Em 1924, na igreja do Brás em São Paulo, em reunião promovida por seu pastor Guaracy Silveira, um grupo de pastores pede claramente a Autonomia, cujo primeiro passo seria o sustento dos pregadores nacionais. A questão começava a criar emoções novas. Naquele mesmo ano, Guaracy Silveira mostrava sua visão nacionalista e apelava enfaticamente: "Metodistas a postos! A Igreja e a Pátria esperam que cada um cumpra o seu dever".

Por sua vez, o futuro bispo César Dacorso Filho dizia: "seja o que for que nos espera no futuro, a verdade é que, pouco a pouco, estágio por estágio, fase por fase, a Igreja já provou que tem os méritos para protestar sua autonomia". Guaracy Silveira, logo depois Concílio Geral de 1934, no qual César foi eleito bispo, optou pela carreira política, de certa forma abandonando a atuação regular na Igreja. Foi eleito deputado federal constituinte em 1934 e 1946. É autor do livro "Lutero, Loiola e o Totalitarismo". Sua influência se fez notar na Constituinte de 1946, onde as discussões com o padre Arruda Câmara acabavam repercutindo na imprensa. As discussões começaram no preâmbulo da Constituição, onde foi aprovada, depois de muitas discussões em plenário, a sugestão de Guaracy: "reunidos sob a proteção de Deus". Ele foi um dos nossos grandes oradores sacros e um dos entusiastas pela eleição de César ao episcopado.

O ano de 1926 foi muito especial na história de nossa Igreja. Comemorou-se de maneira bem festiva o cinqüentenário do início da missão Ransom. Foi uma época em que a Igreja relembrou a sua caminhada, constatou o seu crescimento e tomou plena consciência de que já estava suficientemente madura para caminhar com suas próprias pernas.

Nesse ano o Movimento dos Leigos realiza o primeiro Congresso Geral dos Leigos. As reivindicações a respeito da autonomia tomam vulto. Uma comissão brasileira esteve presente na Conferência Geral de 1926, que se realizou em Memphis, Tennessee. Não se conseguiu um bispo residente mas, como uma forma de compensação, passamos a ter conferências centrais, isto é, uma espécie de concílio geral, apesar de suas limitações de poder. Houve duas reuniões da Conferência Central, em 1927 e em 1929. Em ambas, realizadas em São Paulo, as reivindicações de autonomia tomaram força e passaram a ser enfaticamente expostas. Em assunto tão controverso, as opiniões de dividiram. Os grandes líderes pela autonomia eram os pastores Guaracy Silveira, César Dacorso Filho, José de Azevedo Guerra, Antônio de Campos Gonçalves, Epaminondas Moura, Jorge Luiz Becker e alguns outros, ao lado de leigos que tiveram também papel muito importante.. Do lado dos

missionários, alguns eram simpáticos à Autonomia e outros radicalmente contrários. No início da conferência de 1927, quem se posicionou contrário à Autonomia foi o Bispo Cannon, em veemente discurso, julgando que essa era a posição da Igreja Mãe.

Alguns dos pensamentos do bispo Cannon naquela reunião: "creio firmemente que o Metodismo prestará serviço mais eficiente na evangelização do mundo como uma grande fraternidade cristã do que como igrejas separadas em cada país do mundo".

Um pouco antes, no mês de fevereiro, tivemos um congresso conferencial (regional) de leigos em Juiz de Fora, com a presença de nomes bem expressivos da igreja brasileira, como os pastores César Dacorso Filho, Hugh C. Tucker, Paul E. Buyers e os leigos Itiberê Deslandes, Josué Cardoso d'Affonseca e Cinira de Moraes Gonçalves. Doze teses foram discutidas das quais a maioria, apesar de falarem sobre sustento próprio, defendia claramente a Autonomia de nossa Igreja. Estava ficando claro que era apenas uma questão de tempo – e de recursos financeiros, evidentemente – a realização do sonho. O livro "Cincoenta Annos de Methodismo no Brasil", de James Kennedy, nos dá preciosas informações sobre essa reunião.

A Concessão da Autonomia

Finalmente, na conferência central de 1929, o metodismo brasileiro tomou a iniciativa oficial de pedir à Igreja Mãe, cuja conferência geral se realizaria no ano seguinte na cidade Dallas, no Texas, a Autonomia do Movimento Metodista brasileiro. As três conferências anuais brasileiras foram chamadas a pronunciar-se a respeito e deram também apoio à decisão. No memorial dirigido à Igreja Mãe, além de outros pleitos, era claramente pedida a eleição de John William Tarboux como bispo da Igreja Metodista do Brasil e o envio de um bispo para fazer a sua consagração no Brasil.

Uma comissão, composta dos pastores George D. Parker, Walter Harvey Moore e Jorge Luiz Becker e dos leigos Osvaldo Lindenberg, Otto Reif e Faria Netto viajou aos Estados Unidos para entregar pessoalmente o pedido de Autonomia.

Faria Netto nos conta que o documento que aquela comissão apresentou à Conferência Geral foi escrito durante a longa viagem no navio *Southern Cross*, cuja redação final em inglês foi feita pelo Rev. Walter Harvey Moore e que, por gentileza do comandante do navio, foi impressa a bordo em quantidade suficiente para que todos os delegados pudessem lê-la.

Apesar de que, na mesma conferência geral, tenha sido aprovada também a autonomia das Igrejas Metodistas do México e da Coréia, o fato é que foram necessárias muitas gestões políticas para que tudo corresse bem, com concessões de parte à parte, mas ficou evidente que o metodismo brasileiro, por não ter suficiente lastro financeiro, teria que suportar, durante longos anos, a convivência da Igreja Mãe em suas deliberações.

De 1930 até o concílio geral de 1970-71, isto é, durante quarenta anos, nós tivemos nos Cânones, por conta do acordo durante a Conferência Geral de 1930, a vigência do chamado Conselho Central, órgão que tinha a participação de brasileiros e missionários, estes nomeados pelas "igrejas coooperantes", cuja natureza, de acordo com os Cânones de 1965 (art. 221), era "Conselho Central é o elo de ligação entre a Igreja Metodista e a Igreja Metodista do Brasil, segundo o estabelecido na proclamação da Autonomia desta e em conformidade com o que reza a sua Constituição". Muitas instituições de ensino e de ação social incluíam em seus estatutos uma reserva de vagas em seus conselhos diretores, naquela

época chamados "conselhos superiores", para preenchimento pelo Conselho Geral. Era tão forte o Conselho Central que tinha (art. 231-item 8 dos mesmos Cânones) direito de eleger dois delegados à Conferência Geral da Igreja Metodista, com "todos os direitos e privilégios inerentes a seus membros, exceto o de voto".

Os nomes da Igreja

Vale a pena fazer aqui uma interrupção didática para falarmos do nome de nossa Igreja e o da Igreja Mãe. Quando da já citada Conferência do Natal, em 1784, que organizou a igreja nos Estados Unidos, como já se viu, o nome adotado foi Igreja Metodista Episcopal. Com a cisão, em 1844, também já relatada, a igreja do Norte manteve aquela denominação e a do Sul se transformou na Igreja Metodista Episcopal do Sul. Como também já foi dito, a partir de 1886, ano da criação da Conferência Anual Brasileira, passamos a usar no Brasil, como parte que éramos da Igreja Mãe, o nome Igreja Metodista Episcopal do Sul.

Por ocasião da Autonomia, passamos a adotar o nome Igreja Metodista do Brasil. No final dos anos trinta, houve nos Estados Unidos a fusão das igrejas do Norte e do Sul, mudando-se o nome para simplesmente Igreja Metodista. Quando, nos documentos oficiais, até 1971, se menciona Igreja Metodista, é a americana. Tendo em vista a posterior fusão, nos Estados Unidos, entre a Igreja Metodista e a Igreja dos Irmãos Unidos, os irmãos americanos modificaram o seu nome para Igreja Metodista Unida (United Methodist Church). Tendo em vista esse fato, a igreja brasileira também mudou de nome, passando a designar-se simplesmente Igreja Metodista. No Concílio Geral de 1970-71 tivemos uma grande alteração em nossa Constituição e aproveitou-se o ensejo para mudar o nome da Igreja.

Voltando à Autonomia

Assim, apesar da promulgação de nossa Autonomia, em 1930, na realidade o processo da nossa real autonomia foi muito mais lento e, algumas vezes, houve atritos entre alguns obreiros nacionais e missionários, estes não querendo perder o *status* que tinham e, por sua vez, aqueles poucos com desejo de assumir posições de poder que passavam à sua frente. Como foi dito, isto acontecia apenas com alguns e não eram a tônica da vida da Igreja, especialmente da verdadeira igreja que é aquela que trabalhava nas paróquias e não na cúpula eclesiástica.

E já que falamos de paróquia, permita o paciente leitor ou leitora, que se declare aqui uma coisa que parece importante ao autor. Paróquia, apesar de outras conotações que a palavra tomou, é uma unidade religiosa. Os metodistas do passado cresceram ouvindo a célebre frase de João Wesley, "o mundo é a minha paróquia" *("World is my parish")*, que muito bem falava da visão de nossa Igreja. Até para criticar aqueles que, fechados para dentro, consideravam ao reverso aquele frase: "a minha paróquia é o meu mundo..." Pois bem, por idéia de algum burocrata que conseguiu a adesão de um concílio geral, a "paróquia" foi eliminada de nossa legislação, sendo substituída pela "igreja local", o que não é a mesma coisa. Assim, pouco a pouco, o conceito de paróquia desapareceu e a frase de Wesley, por não ter sustentação prática entre nós, acabou ficando esquecida também, apesar de sua relevância.

Aprovada pela Conferência Geral a nossa Autonomia, foram estabelecidas as bases em que ela se tornaria realidade. Foi nomeada uma comissão de cinco obreiros americanos para, juntamente com o grupo brasileiro a ser eleito, de 15 pessoas, promulgar a Autonomia e

aprovar a Constituição da nova Igreja. Por conseguinte, cada uma das três conferências brasileiras elegeu seus cinco representantes.

A Comissão americana, aqui chegada em 7 de agosto de 1930, era chefiada pelo bispo Edwin Dubose Mouzon, que já havia sido responsável pelo trabalho brasileiro, e seus demais integrantes, o juiz Walter Erskine Williams, Esther Case e os pastores Frank Swindell Love e James Levan Clark.

O ambiente era o melhor possível. A chegada dos americanos foi amplamente noticiada na imprensa brasileira, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. No dia 8 de agosto de 1930, o Correio da Manhã, um dos mais importantes jornais do Rio de janeiro, que era a Capital Federal, publicou ampla matéria, com fotos em destaque dos cinco americanos. Por sua vez, no dia 20 do mesmo mês, o Diário da Noite publicou ampla entrevista do Rev. Epaminondas Moura, então pastor da Igreja do Catete, com inclusão de sua foto. Como alguns jornais noticiaram que estava havendo algumas hostilidades entre o metodismo brasileiro e o americano, o Rev. Moura deu os esclarecimentos. "Não existe nenhuma separação, diz o pastor Epaminondas Moura – ela está se organizando com o mesmo espírito de missão". Essa frase foi colocada em destaque pelo jornal. Na entrevista, Moura conta a história do metodismo no Brasil e declara que, apesar dos vínculos, "a Igreja Metodista é uma organização nacional há muito tempo; é pessoa jurídica e suas propriedades estão todas registradas e adquiridas em nome da Igreja do Brasil".

Sobre a união da Igreja e repelindo a existência de problemas entre nacionais e americanos, Moura conclui sua entrevista: "O ministério nacional deseja trabalhar de mãos dadas com os seus irmãos de outras terras; a época e o sentimento dominante não são exclusivistas nem de separação; a época é de fraternidade e cooperação. E é neste sentimento verdadeiramente fraternal que a Igreja Metodista continuará a evangelizar o Brasil".

Foram então convocadas as conferências anuais brasileiras que aprovaram o plano de autonomia adotado pela conferência de Dallas e elegeu os seus delegados. Pela Conferência Anual Brasileira, cuja área passou a ser, com a Autonomia, a Região Eclesiástica do Norte, foram eleitos: Walter Harvey Moore, César Dacorso Filho, Epaminondas Moura, Ottília de Oliveira Chaves e Osvaldo Lindenberg. A conferência Anual Central Brasileira, que passou a se chamar Região Eclesiástica do Centro, elegeu: W. B. Lee, Guaracy Silveira, Osvaldo L. da Silva, Elias Escobar Júnior e Francisca Carvalho. Por sua vez, a Conferência Anual Sul Brasileira (futura Região Eclesiástica do Sul) escolheu: George Daniel Parker, Adolfo Melchior Ungaretti, João Inácio Cerilhanes, Eunice Andrew e Ephraim Wagner.

Essas vinte pessoas, reunidas nas dependências da Igreja Metodista Central de São Paulo, no dia dois de setembro de 1930, elaborou a nossa Constituição e proclamou a Igreja autônoma. O texto completo dessa proclamação consta dos nossos Cânones, logo ao seu início. Esse foi o primeiro concílio geral de nossa Igreja. Logo a seguir, Comissão Constituinte aprovou a legitimidade dos delegados eleitos para o Concílio Geral, muitos dos quais eram também membros dela.

O primeiro Concílio Geral

Assim, naquele dia dois de setembro, às sete e meia da noite, no templo da Igreja Central de São Paulo, o bispo Edwin Dubose Mouzon subiu ao púlpito, na companhia de César Dacorso Filho e Epaminondas Moura, e leu a proclamação da Autonomia e a Constituição da Igreja

Metodista do Brasil. Logo a seguir, subiu ao púlpito Guaracy Silveira, que havia sido escolhido pelos brasileiros membros da Comissão Constituinte para receber das mãos do bispo Mouzon a Constituição e presidir a primeira sessão do Concílio Geral até a eleição do presidente pró-tempore.

Guaracy Silveira fez emocionante discurso de despedida e pediu ao bispo Mouzon que levasse à igreja americana a manifestação dos nossos sentimentos. Em tocante cerimônia, os membros americanos da Comissão Constituinte se retiraram do templo, acompanhados dos membros brasileiros. Ao regressarem, Guaracy Silveira, depois de orar, chamou o concílio à ordem. Em clima de festa, com manifestações de representantes de outras igrejas, a reunião foi encerrada.

O concílio teve sessões até o dia 9 de setembro. Na sessão do dia 3, foi eleito presidente o Rev. Hugh C. Tucker, que recebeu 16 votos dos 29 votantes. O secretário eleito foi o Rev. João Inácio Cerilhanes.

Tarboux é eleito bispo

No dia 4 de setembro, finalmente, aconteceu a realização do sonho de termos um bispo . Para demonstrar claramente que não havia nenhuma hostilidade aos americanos, foi escolhido o Rev. John William Tarboux, missionário que, já aposentado, vivia em Miami, nos Estados Unidos, o mesmo que o metodismo brasileiro, no ano anterior, havia pedido à Igreja Mãe. Ele obteve 18 dos 29 votos, sendo eleito no primeiro escrutínio. Foram ainda votados Hugh C. Tucker, 4 votos, C.L. Smith, 2 votos, e, com um voto cada um, Guaracy Silveira, Walter Harvey Moore, Adolfo Melchior Ungaretti, George Daniel Parker e W.B. Lee.

Como ele não estava no Brasil, foi enviado um cabograma informando sua eleição. Dois dias depois, ele confirmava, também por cabograma, que aceitava a escolha. Ficou marcada, então, a data de sua consagração, que seria em 12 de outubro na Igreja do Catete, no Rio de Janeiro. Era uma forma de homenagear a Igreja onde a Conferência Anual Brasileira havia sido criada no ano de 1886 pelo bispo Granbery e da qual Tarboux era um dos três membros, ao lado de Hugh C. Tucker e James L. Kennedy, o chamado "trio de ouro" do metodismo brasileiro.. Além disto, Tarboux tinha sido duas vezes pastor do Catete, de 1887 a 1889 e de 1916 a 1920. Foi também pastor de Piracicaba e Juiz de Fora, onde também dirigiu o Granbery de 1902 a 1915.

O concílio tomou diversas providências administrativas para orientar os trabalhos da Igreja. Foram eleitos os Secretários Gerais. A escolha recaiu em G.D. Parker (Educação Cristã), Guaracy Silveira (Missões) e Hugh C. Tucker (Ação Social) . Não houve edição dos Cânones. A disciplina da Igreja Mãe de 1922, acabou sendo usada no lugar da de 1926.

Há alguns problemas históricos com o texto da Constituição promulgada em 1930. O seu esboço parece ter sido preparado pelo representante americano Walter Erskine Williams, que era juiz e notável jurista, que foi aprovado com algumas alterações. O texto definitivo, no entanto, que vigorou até 1971, foi consolidado em 1934, mediante aprovação do 2º Concílio Geral, realizado em Porto Alegre. Como não houve tempo em 1930, foi nomeada uma Comissão de Legislação e Ritual para preparar o projeto de Cânones, da reforma da Constituição e outras providências. Para facilitar os trabalhos, foi nomeada uma comissão com pessoas residentes em Juiz de Fora. Eram elas Derly de Azevedo Chaves, Afonso Romano Filho (clérigos) e Adolfo Schlotfeldt e Ottília de Oliveira Chaves (leigos).

A consagração de Tarboux

Ocorreu, como já foi dito, na Igreja do Catete no dia 12 de outubro de 1930. Essa consagração, sobre ser um marco histórico no metodismo brasileiro, traz, contudo, algumas inquietações. Contrariando todo o costume eclesiástico, Tarboux não foi consagrado por outro bispo. Deve ter sido o único bispo em toda a história da Igreja Cristã que não teve um bispo a presidir a cerimônia de consagração. Não se sabe o motivo pelo qual o Bispo Edwin Mouzon não tenha permanecido um pouco mais no Brasil para presidir aquele ato. De qualquer forma, estavam no altar os reverendos Tucker e Kennedy, seus antigos companheiros de mais de quarenta anos.

O culto foi dirigido por Epaminondas Moura, pastor da igreja e a pregação foi feita pelo Rev. Afonso Romano Filho. Coube ao Rev. Tucker a leitura da declaração oficial da Autonomia e a apresentação do novo bispo ao povo metodista.

John William Tarboux nasceu na cidade de Georgetown, Estado da Carolina do Sul, no dia 13 de setembro de 1858. Fez sua profissão de fé em 1868 e em dezembro de 1877 entrou para o ministério pastoral. Casou-se com Sue Kirklan. Sentindo-se chamado por Deus para ser missionário, ofereceu-se e a Junta de Missões da Igreja Metodista Episcopal do Sul o enviou ao Brasil onde chegou, na companhia de James L. Kennedy, no dia 29 de julho de 1883.

O episcopado de Tarboux foi prejudicado por suas condições de saúde e pela idade, avançada para aqueles tempos, de 72 anos. Mesmo assim, trabalhou muito, viajando por todo o Brasil metodista da época e liderando uma série de providências para a consolidação da Autonomia.

O Concílio Geral de 1934

Realizado em Porto Alegre, foi o concílio da consolidação da Autonomia e da organização da nova igreja. Além de prover a Igreja de Cânones, ritual e muitas outras normas. Como havia muita coisa a ser discutida, foi o mais longo concílio geral de nossa história, durando 16 dias.

O ponto máximo desse concílio foi, ao lado da reeleição do bispo Tarboux, que ocorreu por unanimidade, a única de nossa história, com todos os 36 votos do plenário, a eleição do primeiro bispo brasileiro, justamente aquele que seria, com plena justiça, considerado o maior nome de nossa história, César Dacorso Filho. Ele recebeu 14 votos no primeiro escrutínio, 16 no segundo e, finalmente, 20 no terceiro. Isto ocorreu no dia 13 de janeiro de 1934. Na noite do mesmo dia, no templo da Igreja Central de Porto Alegre, ele foi consagrado em cerimônia presidida pelo bispo Tarboux, que foi ajudado por Kennedy, Tucker, Sante Uberto Barbieri, Derly Chaves, José Inácio Cerilhanes, J.W. Daniel e J.A. Figueiredo.

Antes do final do concílio, Tarboux, por motivos de saúde, volta a sua pátria e as responsabilidades de dirigir a Igreja Metodista do Brasil ficaram exclusivamente nas mãos do bispo César. Apesar de ausente do Brasil há quatro anos, no concílio geral de 1938 o bispo Tarboux foi reeleito mais uma vez, desta vez com 38 dos 39 votos. César também foi reeleito, no segundo escrutínio, com 35 dos 40 votos apurados.

O falecimento do bispo John William Tarboux se deu no dia dois de maio de 1940.

Os bispos da Igreja Autônoma

Muitas pessoas perguntam ao autor sobre os bispos do metodismo brasileiro. Como a maior parte dos nossos membros têm menos de 10-15 anos de membros de nossa igreja, vamos informar alguma coisa sobre isto. O autor crê que se deveria fazer uma consolidação dos dados referentes aos bispos de nossa igreja, acrescidos de fotos e sínteses biográficas, de modo que a Igreja não perca a sua memória. Como já foi visto anteriormente, antes da Autonomia havia um bispo da Igreja Mãe que ficava responsável pela igreja brasileira. Eles foram onze, cujos nomes já foram relatados. Na igreja autônoma, eleitos em concílio geral, tivemos mais três americanos, todos com muitos anos de serviço no Brasil: Tarboux, Cyrus Bassett Dawsey, eleito em 1946, e Wilbur Smith, eleito em 1965. Tivemos, portanto, 14 bispos de nacionalidade norte americana.

No concílio de 1942, César Dacorso foi eleito novamente e continuou a superintender sozinho toda a Igreja Metodista. Em 1946, essa tarefa foi repartida. Isaías Fernandes Sucasas e Cyrus Dawsey foram eleitos e ficaram responsáveis, respectivamente, pelas Regiões Eclesiásticas do Norte, Sul e Centro. Os três foram reeleitos em 1950, permanecendo nas mesmas regiões.

No Concílio de 1955, realizado no Rio de Janeiro, Cyrus Dawsey se aposentou, recebendo o título de Bispo Emérito. Naquele concílio, surgiu pela primeira vez a idéia da itinerância dos bispos. Foi aprovada uma moção de que os bispos que fossem reeleitos mudassem obrigatoriamente de região. Vindo a eleição, César Dacorso Filho é eleito pela sexta vez. Como já estava há dois mandatos superintendendo a Região do Norte, teria que mudar de região. A aprovação da citada monção visava coagir o bispo César a se aposentar em pleno episcopado. Após a declaração de sua eleição, ele reassumiu a presidência do Concílio e renunciou ao episcopado. Foi um momento dramático no auditório do Colégio Bennett. Ele falou de seu chamado para o ministério e dos trabalhos que desenvolveu como pastor e bispo. Não se aposentou, oferecendo-se ao novo bispo de sua Região para continuar o seu trabalho como pastor. Recebeu, como Dawsey, o título de Bispo Emérito. Nesse concílio, Isaías foi reeleito e foram então eleitos dois novos bispos, João Augusto do Amaral e José Pedro Pinheiro. Esse Concílio Geral alterou a composição das regiões eclesiásticas, que foram aumentadas de três para cinco, que receberam números ordinais, na mesma ordem em que os trabalhos foram iniciados nas respectivas áreas. Como o trabalho metodista começou no Rio de Janeiro, a Primeira região ficou para a área dos antigos Estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal. A antiga região do Sul se transformou na Segunda, ficando a Terceira para a área da Grande São Paulo. A área de Minas e Espírito Santo ficou sendo a Quarta e, finalmente, o interior de São Paulo e Goiás se transformou na Quinta Região. Assim, Amaral ficou responsável pelas Primeira e Quarta Regiões, Isaías Sucasas pelas Terceira e Quinta e José Pedro Pinheiro na Segunda, sua região de origem.

Os três foram reeleitos no concílio geral seguinte, que se reuniu em Juiz de Fora no ano de 1960. O Concílio Geral de 1965 foi um divisor de águas na Igreja no que se refere à eleição dos bispos. Foi criado na Igreja, com a adesão de muitos obreiros, um movimento político denominado Esquema que, além de tentar mudar tudo na Igreja, inclusive criando a figura do Bispo Presidente, em boa hora também rejeitada pelo Concílio Geral de Maringá, já trazia os nomes escolhidos para a eleição episcopal. Como esse movimento detinha a maioria do plenário do Concílio Geral, só se pode creditar à ação do Espírito Santo de Deus a mudança de intenções dos delegados àquele concílio. Finalmente, depois de alguns dias de muita tensão, o movimento foi esvaziado e as eleições episcopais ocorreram sem maiores problemas. Aquele

concílio aprovou a vitaliciedade dos bispos e, em virtude da aposentadoria de Isaías Sucasas, que foi eleito Bispo Emérito, reelegeu Amaral e Pinheiro e elegeu quatro novos bispos, a saber, Almir dos Santos, Nathanael Nascimento, Oswaldo Dias da Silva e Wilbur K. Smith. Nesse concílio foi criada a Sexta Região, com jurisdição sobre o Metodismo de Paraná e Santa Catarina.

O Concílio de 1970, terminado em 1971, decorrido em grande impasse institucional e com grande renovação da delegação, motivada talvez pela crise do fechamento de nossa Faculdade de Teologia, em 1968, e atuação dos bispos no episódio, reformou a Constituição, cancelou a vitaliciedade dos bispos e, mais ainda, determinou que os bispos fossem eleitos pelas próprias regiões. Nesse concílio, Amaral se aposentou e recebeu o título de Bispo Emérito. O Bispo Nathanael do Nascimento, ainda na primeira parte do concílio, renunciou ao restante do seu mandato. Na segunda etapa do concílio, o bispo Pinheiro se aposentou e também recebeu o título de Bispo Emérito.

Em 1971, os concílios regionais elegeram os seguintes bispos: Almir dos Santos (1ª), Sadi Machado da Silva (2ª), Alípio Lavoura (3ª), Omar Daibert (4ª), Oswaldo Dias da Silva (5ª) e Wilbur Smith (6ª). Nos concílios de 1974, todos, com exceção de Omar Daibert, que não quis concorrer à reeleição, foram reeleitos. Para substituir Omar Daibert na 4ª, foi eleito Moacyr Louzada Machado. Entre os concílios de 1974 e 1978, foram eleitos dois novos bispos. Nelson Luiz Campos Leite, em substituição de Alípio Lavoura, que faleceu em serviço, e Paulo Ayres Mattos, substituindo Almir dos Santos que pediu aposentadoria em virtude de enfermidade. Em 1978, reeleitos Paulo Ayres, Sadi, Nelson e Moacyr, tivemos dois novos bispos, Richard Canfield (6ª), que substituiu a Wilbur Smith que se aposentou, e Messias Andrino (5ª), que substituiu Oswaldo Dias da Silva que também pediu aposentadoria.

Em 1982, todos os bispos foram reeleitos, com exceção da 4ª, na qual Adriel de Souza Maia foi eleito em substituição a Moacyr Louzada Machado, que se aposentou. Em 1982 mudou-se a sistemática e, a partir de 1987, os bispos voltaram a ser eleitos pelo Concílio Geral. Assim, naquele ano, foram eleitos Paulo Lockmann, designado para a 1ª, Isaac Aço, para a 2ª, Nelson Luiz Campos Leite (3ª), Adriel de Souza Maia (4ª), Scylla Franco (5ª), Richard Canfield (6ª) e Paulo Ayres Mattos (R.M.Nordeste). Isaac Aço e Scylla Franco faleceram no exercício do seu primeiro mandato.

O concílio de 1991, reunido em Juiz de Fora, reelegeu Lockmann, Canfield, Adriel e Paulo Ayres e elegeu Stanley Moraes , designado para a 2ª, Geoval Jacinto da Silva (3ª), João Alves de Oliveira Filho (5ª) e Lino Estevão Magalhães Leite , que renunciou antes de ser consagrado bispo. Em Concílio Geral Extraordinário, foi eleito em seu lugar Rozalino Domingos, nomeado para os Campos Missionários da Amazônia. Em 1997, foram reeleitos Paulo Lockman, João Alves de Oliveira Filho, Adriel de Souza Maia, transferido para a R.M.Nordeste, e Rozalino Domingos. Por sua vez, foram eleitos Adolfo Evaristo de Souza (3ª), Josué Adam Lazier (4ª), João Carlos Lopes (6ª) e Davi Ponciano Dias (C.M.Amazônia), que faleceu no exercício do seu primeiro mandato.

No Concílio Geral de 2001, reunido em Maringá, SC, em 2001, foram reeleitos Paulo Lockmann, João Alves de Oliveira Filho, Josué Adam Lazier e João Carlos Lopes, que permaneceram em suas regiões. Adriel de Souza Maia e Adolfo Evaristo de Souza, também reeleitos, foram transferidos para a 3ªR.E. e C.M. Amazônia, respectivamente. Foram eleitos dois novos bispos, Luiz Vergílio Batista da Rosa, designado para a 2ªR.E., e Mariza Ferreira Coutinho, a primeira mulher eleita para o episcopado brasileiro, designada para a

R.M.Nordeste. Finalmente, no Concílio Geral de 2006, realizado em Aracruz, ES, foram eleitos bispos Roberto Alves de Souza e Adonias Pereira do Lago, designados, respectivamente , para a 4ª e 5ª Regiões Eclesiásticas.

O Metodismo brasileiro tem até agora em sua história um total de 46 bispos, sendo 35 da igreja autônoma e 11 da Igreja Metodista Episcopal do Sul. O decano dos bispos (o que está em atividade episcopal há mais tempo) é o Bispo Adriel, da 3ª Região, eleito pela primeira vez em 1982. tendo, portanto, 25 anos de episcopado. Dos 35 bispos da igreja autônoma, três eram americanos, um brasileiro naturalizado e 31 brasileiros natos. Cinco bispos faleceram em plena atividade episcopal, Tarboux, Alípio Lavoura, Scylla Franco, Isaac Aço e Davi Ponciano Dias. Todos os bispos da Igreja Metodista Episcopal do Sul já faleceram. Dos 35 bispos da igreja autônoma, 19 deles já foram transferidos para a Igreja Triunfante. Dos 16 vivos, oito têm funções episcopais e os demais continuam firmes na Igreja, trabalhando como pastores de igreja local ou nas atividades editoriais e pedagógicas da Igreja. Ao comemorarmos o 77º aniversário da Autonomia, nós damos graças pela vida e obra dos 46 bispos que lideraram a nossa Igreja desde 1886. Deus certamente os usou com Sua Graça, apesar da diversidade dos dons e das características de personalidade de cada um.

Conclusão

Ao comemorarmos os 77 anos da Autonomia de nossa Igreja, temos que ter consciência crítica para avaliar sua caminhada até aqui. Temos que reconhecer que não temos sido muito diligentes na obra missionária. Estamos enviando missionários ao Exterior, o que é muito bom, mas milhares de municípios brasileiros ainda não têm uma igreja metodista. Temos universidades e colégios muito bem equipados mas a Escola Dominical tem sofrido um grande esvaziamento no decorrer das três últimas décadas. A igreja, por ocasião da Autonomia, tinha a Imprensa Metodista e hoje não tem mais, editava o Expositor Cristão 52 vezes por ano e hoje a circulação é mensal. As revistas para jovens, juvenis e crianças não circulam mais e a Voz Missionária, das mulheres tem hoje uma circulação muito pequena em contraste com as tiragens do passado.

O pior de tudo é que, nos últimos anos, nossa Igreja tem sido invadida por muitas doutrinas e práticas que nada têm de metodistas. Invejosos talvez do crescimento de algumas 'igrejas' que apresentam grande crescimento numérico, temos tentado imitá-las. Enganosos têm sido os resultados, todos trazendo invariavelmente as seqüelas da desunião e separação.

Usando muito erradamente o "pensamos e deixamos pensar" de João Wesley, que só é aplicável em questões não essenciais, tem sido introduzido em nosso meio um conceito desagregador para justificar esse verdadeiro sincretismo religioso que invade as igrejas e "fazem a cabeça" de leigos e pastores. Trata-se da afirmativa, que não tem a mínima base, de que o metodismo é pluralista, isto é, um saco amorfo onde cabem as convicções e práticas religiosas de todos os tipos.

Está na hora de conscientizarmo-nos da necessidade de uma Nova Autonomia, isto é, do direito dos verdadeiros metodistas de continuar com suas práticas e doutrinas. Ao celebrarmos os 77 anos da Autonomia, seja a comemoração a oportunidade de iniciarmos o resgate do Metodismo autêntico:

Extremamente individual, insistindo na experiência pessoal da graça salvadora, mas absolutamente social, entendendo, como Wesley, que não existe religião a não ser a religião

social. Diligente em unir a sabedoria à piedade, apresentando, na doutrina da perfeição cristã, uma síntese única e original da ética protestante da graça e da santidade.

Finalmente, temos que resgatar o metodismo equilibrado na sua capacidade de evitar, de um lado, o emocionalismo barato e desenfreado, que escandaliza e separa, e, do outro, o formalismo, a frieza religiosa e a religião sem frutos.

Esse resgate, essa nova autonomia do metodismo brasileiro, só acontecerá se soubermos reavivar no coração de todos o ímpeto espiritual de João Wesley que deu origem à Igreja Metodista. Esse é o nosso desafio neste princípio de século.

A Autonomia, portanto, não terminou na sua simples efetivação. Ela é construída a cada dia na vida da Igreja. Hoje os desafios são certamente outros mas a missão continua a mesma. O "ide por todo o mundo", ordem do Jesus ressurreto, continua absolutamente válido. e constitui nossa primeira prioridade. Como dizia João Wesley, "nada temos a fazer a não ser salvar almas". E temos certamente de lutar, luta que deve ser de todos, pelo fortalecimento de nossa identidade como Igreja Metodista. Não podemos deixar que seja interrompida a nossa "Linha de Esplendor sem Fim". Que o relembrar da epopéia de nossa Autonomia e dos lances tão lindos de nossa história, começada no Brasil em 1835 e 1836, com Pitts e Spaulding, seja motivo de reflexão e nos anime para os desafios que enfrentamos hoje. Deus seja louvado!

- Membro da Igreja Metodista de Vila Isabel. E.mail wesley@alternex.com.br